

A NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA EM PERSPECTIVA: UMA ANÁLISE DE HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA DAS CONTRIBUIÇÕES E DA RELEVÂNCIA DA NGB PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL¹

Marcos Salviano Bispo QUEIROZ²

Doutorando em Língua Portuguesa - PUC-SP

Marcel Fernandes GUGONI³

Mestrando em Língua Portuguesa - PUC-SP

RESUMO: Este artigo tem como objeto a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), lei de 1959 que foi aprovada com a intenção de normatizar e padronizar o ensino da Língua Portuguesa no Brasil. A NGB é analisada como um documento em uma perspectiva histórica e historiográfica, à luz dos fundamentos da Historiografia Linguística, por isso, buscamos observá-la com base em princípios de contextualização, de imanência e de adequação teórica (KOERNER, 2014). O objetivo geral é examinar quais foram as contribuições da NGB para o ensino da Língua Portuguesa. O problema reside em refletir sobre a relevância desse documento atualmente, 60 anos depois de seu lançamento.

Palavras-chave: Historiografia Linguística, Nomenclatura Gramatical Brasileira, Ensino, Língua Portuguesa

Introdução

O ano de 1959 é o marco de uma importante, perene e profunda mudança na Língua Portuguesa no Brasil, a publicação da portaria n.º 36 do Ministério da Educação e Cultura, que estabeleceu a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Trata-se de uma mudança importante porque, como recomendação oficial a ser adotada no ensino programático de Língua Portuguesa, terminou por padronizar a nomenclatura usada pelas gramáticas brasileiras da época; perene porque, tendo sido originalmente produzida como uma recomendação, tornou-se uma obrigatoriedade que mantém uma influência tanto no ensino quanto nas gramáticas até os dias de hoje; profunda porque ainda se constitui como marco de uma política linguística que,

¹ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada como critério de conclusão da disciplina História e historiografia da Língua Portuguesa, do curso de especialização *lato sensu* em Língua Portuguesa, nesta Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em 2018. O autores agradecem às colegas Camila Nardoni de Oliveira e Mariana Castelo Branco de Castro, que participaram dessa pesquisa desde seu início.

² Endereço eletrônico: farami@uol.com.br.

³ Endereço eletrônico: marcel.gugoni@gmail.com.

se não é detentora de completa legitimidade, também não foi destituída de seu valor simbólico. Esses aspectos, tomados isoladamente, renderiam amplas perspectivas de análise e de crítica.

Este artigo tem um objetivo mais modesto: analisar quais foram as contribuições da NGB para o ensino da Língua Portuguesa no Brasil, refletindo sobre a relevância desse documento atualmente, 60 anos depois de seu lançamento. Essa análise da NGB como um documento histórico é possível se adotarmos a perspectiva da Historiografia Linguística, entendida aqui como “uma disciplina que se debruça sobre o conhecimento linguístico já produzido, reflete sobre ele e o reconstrói, demonstrando suas contribuições no passado e sua repercussão no presente e sua projeção no futuro, com vistas a descrevê-lo e explicá-lo.” (PALMA, 2013, p. 235). Ao refletir sobre a relevância da NGB para a Língua Portuguesa, tentamos conciliar sua validade e suas lacunas.

Submeter o documento a uma análise baseada nos princípios de abordagem de um documento histórico implica considerar o princípio de contextualização, o de imanência e o de adequação teórica (KOERNER, 2014 [1995]). Trata-se de uma proposição que compreende o documento como fonte de conhecimento, cuja análise demanda uma dupla busca, tanto pelos dados internos, quanto pelos dados externos a ele. O princípio da contextualização implica considerar que o momento histórico em grande medida impregna o pensamento corrente na sociedade, as opiniões predominantes, os valores e a própria cultura. Como apontam Bastos e Palma (2006, p. 12), “as mais variadas correntes – filosóficas, políticas, econômicas, científicas e artísticas – ao se interinfluenciarem marcam indelevelmente todo um determinado período histórico e, dentro dele, portanto, o pensamento linguístico e a sociedade”. O princípio da imanência demanda entender o documento dentro de uma teoria em um momento específico no tempo, o que significa respeitar o quadro geral da teoria e as acepções terminológicas internas do documento em relação a essas teorias. Conforme Bastos e Palma (2006), o princípio da adequação permite ao historiógrafo aproximar o texto do vocabulário e das teorias e dos conceitos mais modernos.

Nessa ordem, esses princípios delineiam a organização das seções deste artigo. Tratamos do princípio da contextualização da NGB na seção “A política e a educação no Brasil (1934-1967)”, a fim de articular de maneira panorâmica a política e a educação brasileira, desde 1937, ocasião das reformas educacionais de ampliação do acesso escolar e o aparecimento das primeiras faculdades de Letras, fundantes dos estudos linguísticos no Brasil, até 1967, ano em que surge uma nomenclatura gramatical em Portugal. O princípio da imanência é trabalhado na seções “A proposta, a forma e o conteúdo da NGB” e “Nomenclatura ou gramática? Do

anteprojeto à NGB”, em que se focaliza a NGB em seus elementos formais e estruturais, sua proposta e seu conteúdo; e se descreve a NGB de forma comparativa em relação às nomenclaturas gramaticais anteriores e em relação ao anteprojeto da própria NGB. O princípio da adequação teórica é trabalhado na seção “A relevância da NGB hoje”, visa a observá-la com a visão contemporânea dos estudos linguísticos e do ensino de Língua Portuguesa.

A política e a educação no Brasil (1934-1967)

As condições de emergência desse documento significa considerar, como observa Nascimento (2005, p. 22-23), que “o documento a ser analisado não pode ser destituído de seu contexto histórico-cultural, das concepções linguísticas, sócio-econômicas e políticas em circulação à época de sua produção”, e, estando sujeito à categoria de fonte, ele está aberto à interpretação. Portanto, a NGB não deve ser tomada como um acontecimento fortuito no contexto educacional brasileiro, marcado por avanços e retrocessos de legislações, por continuidades e rupturas de ordem política e econômica, por mudanças de ordem social – aspectos que tratamos de maneira breve nesta seção.

O trabalho historiográfico depende do estabelecimento de recortes e periodizações arbitrárias, para fins de interpretação e análise; por isso, tomaremos como base a proposta de Guimarães (2001) a respeito de uma história das ideias linguísticas no Brasil. Para esses autores, os estudos da língua portuguesa no Brasil se dividem em quatro momentos, desde o transporte da língua, de Portugal para o Brasil, no século XVI, até os dias de hoje.

O primeiro período iria da “descoberta” em 1500 até a primeira metade do século XIX, momento em que se desenvolvem debates entre brasileiros e portugueses a propósito de construções consideradas inadequadas por escritores ou gramáticos portugueses. [...].

O segundo período iria da segunda metade do século XIX, iniciado [...] pela publicação de gramáticas como a de Júlio Ribeiro em 1881, pela fundação da Academia Brasileira de Letras (em 1897), até fins dos anos 30, quando da fundação das Faculdades de Letras no Brasil. Tanto a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP (em 1937) quanto a Faculdade Nacional de Letras da Universidade do Brasil (em 1939).

O terceiro período iria do final dos anos 30 até meados da década de 60, quando o Conselho Federal de Educação torna a Linguística disciplina obrigatória no Brasil, para os cursos de Letras.

O quarto período iria de meados dos anos 60 até hoje. Período em que a linguística se implantou em todos os cursos de graduação em Letras e ao mesmo tempo foram implantados cursos de Pós-graduação em Linguística em alguns centros universitários brasileiros. [...]. (GUIMARÃES, 2001).

Interessa-nos observar, segundo essa proposta, os momentos finais do segundo período e o terceiro período em sua totalidade. Grosso modo, o segundo período é marcado tanto por uma ascensão da produção literária de cunho de afirmação nacional pós-independência e, em

alguns casos, já de tendência republicana, quanto pelo estabelecimento das primeiras gramáticas. No terceiro período, os estudos linguísticos se consolidam com o estabelecimento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (em 1934) e da Faculdade Nacional de Letras (em 1939) – incorporadas à Universidade de São Paulo e à Universidade do Brasil, respectivamente –, o que culmina na determinação, aprovada em 1961 pelo Conselho Federal de Educação, de tornar a Linguística disciplina obrigatória para os cursos de Letras no Brasil.

Altman (1998, p. 43) reconhece a grande dificuldade de se estabelecer uma periodização da produção linguística brasileira, caso se considerem apenas as teorias, as áreas e os métodos por elas propostos. Por isso, observaremos inicialmente os aspectos externos à pesquisa linguística brasileira. O período que vai do final da década de 1930 ao final da década de 1960 é marcado pela própria mudança da ordem política e institucional brasileira, em um quadro de consolidação nacional. Ele é atravessado por amplas mudanças estruturais na educação brasileira, decorrentes do próprio instável cenário político. Se há uma constante que pode ser observada é que esse período é marcado por rupturas democráticas e pela movimentação e organização social em manifestações – por direitos trabalhistas, por direitos de acesso à educação, por direitos de greves etc. –, ora generalizadas, ora reprimidas. De um modo geral, as mudanças sociais respondem à própria mudança política, o que se manifesta nas reformas educacionais e nas implementações de três constituições federais, sob diferentes regimes, em 1934, em 1937 e em 1946.

Em 1930, o problema da falta de acesso à educação era associado ao atraso social. A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública foi um dos primeiros atos do governo de Getúlio Vargas, ao assumir o governo provisório. A partir de 1931, o ministério, chefiado por Francisco Campos, levou a cabo a implantação da primeira política nacional de educação, entre cujas medidas se destacam a organização do ensino superior, com a adoção do regime universitário (em detrimento de escolas superiores descentralizadas), e a organização do ensino secundário de inspiração escolanovista, com um currículo seriado com divisão em dois ciclos progressivos de ensino, um fundamental e outro complementar (MACHADO; CAMPOS; SAUNDERS, 2007).

A Constituição de 1934, de inspiração republicana, tinha a educação como um de seus pilares (FAUSTO, 2009), estabelecendo como princípio o ensino primário gratuito e a frequência obrigatória, a destinação de um volume mínimo de investimento em educação e a regulamentação da competência da União para traçar diretrizes e bases da educação. Por voto indireto do Congresso, Vargas assumiu nesse mesmo ano, nomeando Gustavo Capanema para

a Educação, que assumiu como missão inicial a reorganização universitária: após a permissão para a instalação da Universidade de São Paulo, em 1934, ele fundou a Universidade do Distrito Federal (UDF), no Rio de Janeiro, em 1935. A fundação dessas universidades abriu espaço para o desenvolvimento das primeiras pesquisas linguísticas no Brasil, concentrando grande número de pesquisas de filologia e dialetologia (ALTMAN, 1998, p. 67-68).

Ao mesmo tempo em que essas medidas criaram um certo espaço de florescimento cultural e uma certa ideia de progresso social, o Estado não foi capaz de democratizar o ensino, fosse no sentido de ampliação universal do acesso à escola ou no sentido de promover medidas de acordo com o interesse popular. Segundo Fausto (2009, p. 337),

[...] nessa área, como em outras, o governo adotou uma postura autoritária e não fascista. Ou seja, o Estado tratou de organizar a educação de cima para baixo, mas sem envolver uma grande mobilização da sociedade [...]. Mesmo no curso da ditadura do Estado Novo (1937-1945), a educação esteve impregnada de uma mistura de valores hierárquicos, de conservadorismo nascido da influência católica, sem tomar a forma de uma doutrinação fascista.

O Estado Novo, tomado por Vargas com apoio militar em 1937, adotou contornos cada vez mais autoritários, apesar de seu discurso modernizador, que se notam na Constituição aprovada nesse mesmo ano. Pelo novo texto, de inspiração fascista, e imposto à população, o Estado não mais se obrigava a manter e expandir o ensino público gratuito, institucionalizando assim um ensino público pago, e nada afirmava sobre a competência da União em traçar as diretrizes da educação. O Estado estava mais preocupado com a formação de um nacionalismo, com o controle da informação, com o controle do patrimônio e com o interesse de construção de uma memória na população, comprovado pela criação, respectivamente, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

A crescente tensão europeia, de 1939 em diante, levou o governo a acirrar posturas antidemocráticas. Capanema fechou escolas, sobretudo as mantidas pelas colônias alemãs, e nacionalizou completamente o ensino – muito embora o governo não fosse capaz de manter adequadamente os repasses às escolas fundamentais. Em meio à Segunda Guerra, a partir de 1942, por meio da Lei Orgânica do Ensino Secundário, Capanema fez uma nova reforma para reorganizar a progressão escolar, redividindo o ensino secundário em dois ciclos: o ginásial, de quatro anos, e o colegial, de três anos. Instituiu também a educação militar para os alunos do sexo masculino.

A política de Capanema na educação poderia ser resumida da seguinte forma: por um lado, o governo incentivava a pesquisa e o envolvimento intelectual nas medidas de governo, por outro, estabelecia uma política de vigilância em relação às manifestações da cultura popular. A propaganda do regime foi facilitada pelo controle dos mais variados meios de comunicação, e seus instrumentos principais foram o rádio e a imprensa (CPDOC, 1997).

O foco das políticas educacionais nesse período estava, por um lado, em “alimentar uma ideologia política definida em termos de patriotismo e nacionalismo de caráter fascista” (ROMANELLI *apud* MACHADO; CAMPOS; SAUNDERS, 2007), e, por outro, em “proporcionar condições para ingresso no curso superior” (ROMANELLI, *op. cit.*). As sucessivas reformas, entre os 1930 e 1940, ampliaram a educação brasileira quantitativamente, sem conseguir resultado semelhante qualitativamente. Uma dessas reformas se destinava até mesmo a estabelecer uma ortografia brasileira, demonstrando o aspecto nacionalista que subjazia às próprias reformas educacionais: em 1943, a reforma ortográfica adota diferenças relativamente à ortografia de Portugal. Nessa mesma década, emergem os debates sobre que nome dar à língua falada no Brasil. Muito embora vá prevalecer o nome de Língua Portuguesa na Constituição de 1946, “essa denominação [...] tem a vantagem de lembrar, em duas palavras – Língua Portuguesa –, a história da nossa origem e a base fundamental de nossa formação de povo civilizado” (GUIMARÃES, 2001). Após 11 anos à frente do Ministério da Educação e Saúde (1934-1945), Capanema foi substituído no cargo, em meio à brusca mudança de governo, fruto da pressão sobre Vargas pelo fim do regime ditatorial varguista e afetado pelo impacto da derrocada dos totalitarismos europeus. A convocação de uma eleição para uma assembleia constituinte, em 1945, levou o militar Dutra ao poder.

Foi no governo Dutra que uma nova Constituição foi aprovada, em 1946, buscando retomar a inspiração liberal-democrática e abrindo as portas para a chamada terceira república brasileira. Sua tendência democratizante apareceu, no que diz respeito à educação, na reafirmação da obrigação estatal (em nível federal, estadual e municipal) de manter o ensino público abrangente e gratuito. Ela determinava também a competência da União para legislar sobre as diretrizes educacionais. Em 1948, o então ministro da Educação Clemente Mariani apresentou o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – que já era prevista na Carta de 1934.

Entre 1946 e 1964, nos governos Dutra, Vargas e Kubitschek, floresceram as políticas populistas, voltadas a medidas para as massas, principalmente às classes trabalhadoras. De alguma forma, essa preocupação levou a uma expansão da educação. Ao longo desse período

de abertura democrática, emergem movimentos de educação popular, entre os quais o de maior destaque é o de Paulo Freire. Entre 1951 e 1961, o período de expansão do mercado de trabalho e das políticas desenvolvimentistas pressionou a escola a formar mão de obra qualificada. Só em 1961 a LDBEN foi aprovada, no governo de João Goulart, após 13 anos de debates. Entre suas propostas, constavam a divisão do ensino também em redes estaduais e municipais, descentralizando o papel da escola federal; o ensino facultativo de ensino religioso na escola pública, que foi motivo de críticas da Igreja Católica; e a revalorização dos cursos técnicos e profissionalizantes, o maior interesse de um estado desenvolvimentista. A LDB será reformada novamente em 1971, com um viés totalitário e, em 1996, com um interesse democrático.

Com efeito, não se pode atribuir apenas ao cenário político o surgimento de um documento como a NGB. Altman (1998) argumenta que o século XX assistiu a uma expansão sem precedentes nos modelos de estudos do fenômeno linguístico, uma multiplicação de domínios, teorias e métodos que pleitearam igual estatuto de cientificidade (ALTMAN, 1998, p. 41). De modo geral, é possível reconhecer duas grandes correntes de pensamento que dominaram os estudos linguísticos brasileiros nessa primeira metade do século XX. Segundo a autora,

De um lado, a histórico-filológica e a dialetológica, ambas caracterizadas [...] por uma visão da língua enquanto fato sócio-cultural e por uma orientação diacrônica no tratamento da língua portuguesa, ao menos num primeiro momento. E, de outro, a estruturalista, eminentemente sincrônica, que se constituiu, ‘via Linguística’, em um programa à parte. (ALTMAN, 1998, p. 77.)

Das ideias linguísticas da época, podemos reconhecer o paradigma vigente majoritariamente sustentado pela corrente do estruturalismo, de inspiração saussureana, cujo enfoque toma a língua como uma estrutura, um sistema em que as manifestações da linguagem devem se encaixar. “Fazer ciência da linguagem, neste quadro, significa [...] descrever com adequação, coerência, exaustividade e elegância não as línguas naturais, mas os seus sistemas” (ALTMAN, 1998, p. 28-29).

Dessa forma, é possível notar que a NGB assume um claro propósito normativo, isto é, um conjunto de regras com um uso padrão da língua. Ele se inclui em um processo de mais longa duração no âmbito dos estudos linguísticos marcado por um processo de gramatização da língua. Segundo Vieira (2018), a gramatização envolve a homogeneização da língua, geralmente se apoiando no que seja reconhecido como um “bom uso”, ao mesmo tempo reduzindo a variação e igualando a variedade escolhida a um modelo ideal de língua. Para demonstrar esse propósito, basta observar a divisão interna das três partes que compõem a NGB

(BRASIL, 1959). A parte I é denominada “Fonética” e se divide em “A Fonética”, na qual são citadas as formas de estudo dessa área da linguística, e “Fonemas”, a qual se separa em tópicos segundo as diferenciações da classificação de vogais e consoantes, explicitando a organização silábica das palavras e sua tonicidade. A parte II é denominada “Morfologia”, que destaca três aspectos relacionados à morfologia das palavras: 1) quanto à sua estruturação e formação; 2) quanto às suas flexões; e 3) quanto a sua classificação. A parte III é denominada “Sintaxe”, e organiza as definições em dois blocos: A) divisão da sintaxe e B) análise sintática. A última parte é denominada “Apêndice” e trata de outros seis atributos da língua portuguesa: I) figuras de sintaxe, II) gramática histórica, III) ortografia, IV) pontuação, V) significação das palavras e VI) vícios de linguagem. Aprofundaremos a análise do documento na seção seguinte.

Um último aspecto da contextualização que vale a pena notar é que a NGB não é um documento único. Portugal também decidiu aprovar uma nomenclatura gramatical própria, a NGP, em 1967. Em parte, a medida é uma reação à decisão brasileira de decidir politicamente por sua própria nomenclatura. Há diferenças fonéticas, sintáticas e morfológicas entre elas, o que demonstra distinções entre o português de Portugal e o do Brasil. Em muitos pontos elas convergem, mas suas divergências são notáveis. Elas convergem no fato de serem um esforço de padronizar a terminologia linguística (AMORIM, 2009).

A proposta, a forma e o conteúdo da NGB

Passamos a analisar o próprio documento, em seus aspectos internos. A NGB é um documento breve, de seis páginas, resultante do trabalho de uma comissão formada pelos professores Antenor Nascente, Clóvis Monteiro, Cândido Jucá Filho, Celso Cunha e Rocha Lima e pelos assessores Antônio Chediak, Serafim da Silva Neto e Sílvio Elia. O estabelecimento do grupo foi aprovado por Clóvis Salgado, então Ministro da Educação, em 1957, especialmente criado para trabalhar no estabelecimento de uma nomenclatura gramatical no Brasil. Sua versão primeira é de um “Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira”, cuja recomendação que precede o corpo do documento (isto é, a nomenclatura propriamente dita) explicita sua intenção.

Art. 1º – Recomendar a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira, que segue anexa à presente Portaria, no ensino programático da Língua Portuguesa e nas atividades que visem à verificação do aprendizado, nos estabelecimentos de ensino.

Art. 2º – Aconselhar que entre em vigor:

- a) para o ensino programático e atividades dele decorrentes, a partir do início do primeiro período do ano letivo de 1959;
- b) para os exames de admissão, adaptação, habilitação, seleção e do art.

91 a, partir dos que se realizarem em primeira época para o período letivo de 1960. (BRASIL, 1959).

Em seguida, o anexo apresenta a divisão da gramática em três grandes áreas: fonética, morfologia e sintaxe. Cada uma dessas áreas é desenvolvida em sua respectiva parte, em cuja estrutura predominam as denominações de fenômenos linguísticos. A primeira parte, por exemplo, destina-se a estruturar a fonética. O documento indica apenas que a fonética pode ser “descritiva, histórica e sintática”, e parte em seguida para a estruturação dos fonemas (enquanto “vogais, consoantes e semivogais”); a classificação das vogais, das consoantes e das semivogais; a sílaba (classificadas “quanto ao número de sílabas, em: monossílabos, dissílabos, trissílabos e polissílabos”). Na segunda parte, a NGB aponta que a morfologia trata “das palavras: 1. Quanto a sua estruturação e formação. 2. Quanto a suas flexões e 3. Quanto a sua classificação”, e explicita dez classes gramaticais (substantivos, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição). Na terceira parte, o documento divide a sintaxe entre “a) Concordância: nominal e verbal. b) Regência: verbal e nominal. c) Colocação.”, e define a análise sintática relativa à oração e ao período. Em apêndice, a NGB trata de outras questões da nomenclatura gramatical, a exemplo de figuras de sintaxe, gramática histórica, ortografia, pontuação, significação das palavras, vícios de linguagem.

Essa proposta preliminar explicita que a elaboração desse documento determinou a adoção de “uma terminologia simples, adequada e uniforme” (BRASIL, 1959), cujo enfoque se resume a três aspectos: a) a exatidão científica do termo; b) a sua vulgarização internacional; c) a sua tradição na vida escolar brasileira. Em suma, a NGB surge para estabelecer regras e padrões claros para a nomenclatura que deve ser utilizada, sobretudo, no ensino de Língua Portuguesa.

Até a divulgação da NGB, havia uma heterogeneidade de termos utilizados pelos estudiosos da gramática. Essa falta de clareza entre as terminologias adotadas constituía um grande problema tanto para estudo escolar quanto para o avanço das pesquisas linguísticas do Brasil. Certamente, a NGB trouxe uma grande contribuição para os estudos gramaticais brasileiros no estudo da língua portuguesa, no entanto apresentou limitações (SILVA, 2017).

Segundo Baldini (1999), existiam nomes demais para as mesmas coisas, dessa forma, a NGB propõe a simplificação e a uniformização do discurso da gramática. A partir daí foi necessário fazer um trabalho de seleção do nome mais simples, claro, exato e científico. É importante destacar que

[...] a NGB institui no campo do saber sobre a língua, uma modificação fundamental no modo em que o gramático pode afirmar-se enquanto autor. Ela fixa, de modo determinante, a normatividade enquanto padrão de ensino, e por isso mesmo divorcia-se da Linguística que começava a caminhar naquele tempo. Há também que se considerar que a NGB começa muito antes da própria NGB, isto é, a questão da terminologia gramatical surge com a própria questão das gramáticas brasileiras no século XIX, sendo a NGB o ponto culminante do desenvolvimento de uma questão em que estavam em jogo o ensino, a língua nacional, a escrita. A NGB é parte de um processo que, a rigor, não está nem nunca estará terminado. (BALDINI, 1999, p. 91).

Em janeiro de 1959, a NGB foi aprovada como uma lista de todas as nomenclaturas que deveriam ser usadas a partir daquele momento, com suas partes subdivididas indicando apenas os termos específicos da maior parte dos fatos gramaticais da Língua Portuguesa. Portanto, a proposta final da NGB se dedica a uma descrição dos termos língua, sem conceituá-los ou propor qualquer análise da estrutura interna de seus termos. O texto final visa a produzir um discurso gramatical com efeito universalizante das regras, deixando-as mais gerais. É esse o objetivo da nomenclatura.

A crítica ao efeito desse documento, segundo Costa (2010), é que os autores estudiosos da língua e da gramática perderam seu poder aural, visto que agora deveriam seguir regras de classificação e de nomeação dos termos, deixando assim o trabalho e a pesquisa de estudo da língua para os então denominados linguistas, concretizando a diferenciação dessas duas áreas de saber.

Nomenclatura ou gramática? Do anteprojeto à NGB

A NGB formalizou o acordo de unificação e simplificação do processo de gramatização brasileira. Com efeito, ela levou a uma reorganização do discurso gramatical, sendo não apenas recomendada pelo Ministério de Educação para ser utilizada em situações de ensino como também, o que ocorreu na prática, sendo tomada efetivamente como uma determinação oficial obrigatória. Esse documento, por um lado, influenciou a produção das nomenclaturas gramaticais encontradas nas gramáticas escolares, nos livros didáticos, nas provas de concurso e nos vestibulares ainda hoje em dia; por outro, acabou por determinar a descrição e a classificação dos fatos da língua, prescrevendo categorias, padronizando nomes, eliminando as variações.

A fim de compreender como isso se deu, retomamos o contexto de gramatização da língua portuguesa no Brasil para observar de que forma aconteceu a passagem das propostas do documento desde seu anteprojeto até sua versão final, pontuando algumas das alterações efetivadas. Segundo Vieira (2018), o processo de gramatização das línguas europeias é marcado

por uma tradição prescritivo-normativa que persiste desde as gramáticas greco-romanas, cuja organização privilegia o ensino com base na literatura e em textos descontextualizados. No Brasil, essa tendência permanece de alguma maneira ainda hoje, tendo se iniciado no século XIX. De acordo com Guimarães (2001), tratou-se de uma forma de legitimar o próprio processo de independência, pois levava em consideração algumas diferenças linguísticas entre a língua falada no Brasil e em Portugal. Para ele, eventos como a fundação da Academia Brasileira de Letras e das primeiras faculdades de Letras no Brasil marcaram o início desse processo, que elegeu uma variante para homogeneizar a língua falada no Brasil. A gramática é tomada como um instrumento de nacionalização pelo qual os cidadãos brasileiros deveriam se identificar como pertencentes a uma nação. De acordo com Agustini (2004), isso não acontece por acaso, já que essa regulamentação descritiva da língua está a serviço do Estado vigente, como um plano de nacionalização maior.

Segundo Costa (2010), após a consolidação do processo de independência e de gramatização da Língua Portuguesa no Brasil, as diversas concepções teóricas que nortearam os estudos da língua, refletiram em nomeações e conceitos diferentes dependendo do autor, ou, inclusive, da instituição em que o ensino era aplicado. Para essa autora,

As gramáticas produzidas no final do século XIX e no início do século XX, como vimos, embora buscassem se distanciar do modelo português, recebiam forte influência das ideias científico-filosóficas e da tradição historicista que circulavam em outros países. Sendo assim, em decorrência das distintas filiações doutrinárias e de acordo com o ponto de vista pedagógico dos gramáticos, não tardou para que houvesse uma enorme profusão de nomes diversificados nos compêndios gramaticais, fato que, a partir de meados da década de 40 do século XX, passou a preocupar professores e principalmente os alunos que não sabiam qual terminologia adotar nos concursos oficiais prestados. (COSTA, 2010, p. 44.)

A promoção da identidade nacional brasileira também envolvia o papel de um Estado capaz de precisar a referência teórico-metodológica que discursava a favor do ensino da língua. Esse papel se materializou na necessidade de unificação e de padronização dos concursos e do próprio ensino. Como exemplo dessa imprecisão, Kenedy (2010) analisa a sintaxe do complemento do nome renomeado atualmente como complemento nominal:

[...] tinha, antes da NGB, as denominações “objeto nominal” (Maximinio Maciel), “complemento restritivo” (Carlos Góis), “complemento terminativo” (Eduardo Carlos Pereira), “adjunto restritivo” (Alfredo Gomes), entre outras. Além disso, nos estudos gramaticais pré-NGB, era muito comum que termos da análise lógica fossem misturados a termos da descrição gramatical, provocando confusão quanto ao valor de certas notações, tais como “complemento lógico”, “adjunto inampliado”, “constituente incompleto”, dentre muitos outros casos.” (KENEDY, 2010.)

Kenedy nota que também era comum termos da análise sintática serem associados a termos da morfologia, o que tornava a notação nada didática. Assim, as pesquisas eram feitas em torno de várias notações diferentes o que demandava mais trabalho para os pesquisadores. É nesse contexto que a NGB se assume como um documento necessário.

A NGB surge primeiro como anteprojeto, em 1957, para cuja elaboração foram designados membros de uma comissão responsável por sua implantação. Nela, constam nomes de professores e catedráticos do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, Antenor Nascentes (presidente da Comissão); Clóvis do Rego Monteiro; Celso Ferreira da Cunha; Carlos Henrique da Rocha Lima (secretário e indicado relator); e Cândido Jucá (Filho). Nesse primeiro momento, a intenção é de unificar o discurso gramatical, simplificando-o. A comissão inicia seu trabalho partindo do pressuposto que as diferenças entre as gramáticas estão nas nomenclaturas e no discurso, mas que elas abordavam os mesmos conteúdos e conceitos (COSTA, 2010).

A primeira versão do projeto apresenta, em sua formação, a categorização dos conteúdos gramaticais, exemplificando-os e conceituando-os. Dessa forma, o anteprojeto se configura, em nossa compreensão, praticamente como uma gramática descritiva oficial. Assim, observamos, no exemplo citado por Baldini (1999), a seguinte definição:

Adjetivo é a palavra que, posta ao lado de um substantivo com o qual concorda em gênero e número, exprime a aparência exterior, o modo de ser, ou uma qualidade de tal substantivo." (Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira, 1957:25 *apud* BALDINI, 1999.)

Cândido Jucá, membro da comissão elaboradora da NGB, à época, teceu grandes críticas à publicação do anteprojeto, em um livro intitulado *132 restrições ao Anteprojeto de Simplificação e Unificação da Nomenclatura Gramatical Brasileira*. Ele não foi o único, e as críticas se direcionam ao caráter de gramática do documento. Mais tarde, em uma segunda versão do anteprojeto, esse caráter foi abandonado por completo, restando apenas uma divisão da gramática e algumas classificações que fazem parte dela, assim retirando também qualquer forma de filiação teórica.

A relevância da NGB hoje

Conforme descrito anteriormente, a NGB surge para estabelecer regras e padrões claros para a nomenclatura que deve ser utilizada em sala de aula. No entanto, passados 60 anos de sua publicação, restam muitas questões que necessitam ser pensadas, a saber: a) há necessidade

de uma atualização da NGB nos dias atuais? b) qual é a relevância da NGB, tendo em vista as orientações previstas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de Língua Portuguesa?

Para pensarmos a respeito da primeira questão, recorremos à pergunta “Por que, hoje, ainda há (ou não há mais) necessidade de uma nomenclatura no ensino de língua portuguesa nos níveis fundamental e médio?”, feita por Henriques (2009, p. 69) em seu livro “Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois”. Recortamos quatro apreciações de gramáticos e linguistas brasileiros sobre a questão, entre as 47 apresentadas por Henriques.

Alice Saboia responde a questão da seguinte forma:

Passei boa parte de minha vida profissional combatendo aqueles pedagogos adeptos da eliminação, por completo, da terminologia gramatical, sob o pretexto de que, por exemplo, o domínio teórico da noção de sujeito em nada ajudava a “aprendizagem da língua portuguesa”. Meses atrás, fiz um comentário-brincadeira, em face da indignação de um colega da UFMT, diante de uma proposta pedagógica que saiu do Seminário do Instituto de Linguagens e previa a incorporação dos conteúdos de língua e literatura numa só disciplina. Assim, encaminhei um e-mail ao colega nos seguintes termos: “Amigo, na Antiguidade Grega, pelo que se sabe, os filósofos tratavam de tudo, e tudo faz crer que não haviam atinado para a divisão do conhecimento em áreas, o que só aconteceu apenas a partir da Idade Média (com as sete artes). Como na Bíblia diz que viemos do pó, ao pó retornaremos... Então, pelo visto, vamos voltar ao princípio. Será que vamos fazer mais bonito e melhor do que Dionísio da Trácia?

[...]

Pois bem, a terminologia gramatical, no meu entender, precisa e deve se guardar a relação entre o termo e noção, seguindo o princípio da monossemita, recomendado pela ciência terminológica. O termo no nonímico garante melhor a comunicação do saber, de modo a manter a relação biunívoca entre termo e noção, ou seja, a cada termo corresponde uma e tão somente uma noção.

As definições dos termos gramaticais devem ser assentadas nesse princípio, pelo bem das estratégias didático-pedagógicas, voltadas para o ensino de língua, em suas modalidades oral e escrita. Entendo que a natureza predominantemente polissêmica das línguas mais fortalece esse ponto de vista, na direção de preservar o ensino de ambiguidades e imprecisões. (HENRIQUES, 2009, p. 71.)

Margarida Basílio, por sua vez, diz que,

Apesar de todas as críticas que não podemos deixar de fazer a Nomenclatura Gramatical Brasileira, considero que, com a crescente proliferação de teorias, subteorias e ramificações nos estudos da linguagem, a NGB continua sendo cada vez mais necessária – ou então alunos e professores deixariam de se entender. Conforme observado por Kuhn (1970), diferentes teorias não dialogam. Adicionalmente, modelos descritivos de diferentes teorias usam as mesmas palavras com valores terminológicos diferentes. Para garantir o mínimo de conhecimento comum na abordagem de nossa língua, sobretudo nos estágios preliminares de formação linguística dos nossos alunos, acredito

ser de mais alta relevância a manutenção de uma Nomenclatura Gramatical Brasileira.

A manutenção seria importante não apenas para garantir um núcleo de conhecimento linguístico nos currículos, programas e livros didáticos, mas também para efeitos de avaliação em diferentes circunstâncias.

Naturalmente, seriam bem-vindas alterações ou simplificações que fossem de consenso, no caso de uma reavaliação do conteúdo da NGB vigente. (HENRIQUES, 2009, p. 100.)

Sírio Possenti expõe uma opinião sucinta:

Quanto a Nomenclatura, minha opinião é que:

(a) não ajuda em nada;

(b) prejudica (já pensou enquadrar os advérbios em seis classes???)

A meu ver, a nomenclatura gramatical (metalinguagem, em geral) é uma questão teórica. É assim em todos os campos (se uma disciplina decide que é bom, ela o fará, como anatomia, salvo engano).

Claro que, então, não deveria haver certas questões em provas escolares ou de concurso... (HENRIQUES, 2009, p. 119.)

Willian Roberto Cereja finaliza sua resposta dizendo:

Com o avanço da linguística desde os anos 1970/1980, a publicação dos PCNs na década de 1990 e o prestígio das teorias do discurso nos dias de hoje, a NGB seguramente perdeu e vem perdendo cada vez mais prestígio. Não são poucos os estudiosos da língua e da linguagem, inclusive no âmbito do MEC, que nos últimos tempos têm decretado o fim do ensino de gramática. Entre os professores dos níveis fundamental e médio, embora essa tendência também exista, a grande maioria acha ser necessário um trabalho sistematizado com a gramática. Alguns (que hoje já não são maioria) ainda se prendem à descrição gramatical, amparados pela NGB; outros até aceitam o trabalho com a nomenclatura oficial, mas apoiados pelos questionamentos linguista, entre eles Mário Perini, ficam incomodados com a inconsistência de alguns conceitos, os quais são obrigados a reproduzir a seus alunos; outros, ainda, estão ávidos por romper com a velha NGB, mas não encontram, nas teorias linguísticas e discursivas atuais, conceitos suficientes que permitam substituir o antigo trabalho com a gramática descritiva.

Coloco-me entre os professores dos dois últimos grupos. Reconheço que, na falta de uma teoria da linguagem mais ampla e consensual (inclusive quanto à nomenclatura), conceitos convencionais como substantivo, pronomes, modo verbal, flexão etc. são necessários no trabalho escolar atual, uma que compõem um instrumental mínimo de metalinguagem, necessário para uma abordagem reflexiva sobre a língua. É evidente que admitir essa necessidade não implica uma adesão incondicional a ela. Pelo contrário, creio que o professor de língua portuguesa hoje, em vez de colocar como o redutor de leis (conceitos) inquestionáveis, ou como o juiz do que é certo e errado na língua, deve ter uma postura aberta, de pensar com seus alunos fenômenos linguísticos tanto à luz dos conceitos de graus dos nomes, tomando ainda por alguns estudiosos como um caso de flexão e por outros como um caso de derivação.

Urge que se faça uma revisão dos termos da NGB, a fim de que se torne mais coerente e consistente o trabalho daqueles professores que têm opção pela sistematização dos conceitos. Enquanto isso, os estudiosos da linguagem em geral devem continuar suas pesquisas, a fim de oferecer aos professores alternativas consistentes de ensino de língua. (HENRIQUES, 2009, p. 125.)

O recorte feito busca apresentar as variadas opiniões sobre a NGB, partindo do pressuposto de que as quatro opiniões são reveladoras de grandes pontos de vista, ou seja, os que são a favor da NGB, os que são contrários a ela, e os que são a favor com ressalva. Diante das respostas apresentadas, pudemos chegar à conclusão de que não existe consenso sobre a questão apresentada por Henriques.

Em se tratando de PCNs, conforme salienta Henriques (2009, p. 22), “muitos pensaram que a era da ‘prescrição da gramática’ já teria se transformado na era da “proscrição da gramática”, mas o que prevalece ainda que de forma tímida segundo o autor, é

A propriedade que a linguagem tem de poder referir-se a si mesma é o que torna possível a análise língua e o que define um vocabulário próprio, uma metalinguagem. Em relação à terminologia característica, é preciso considerar que, embora peculiar a situações de análise linguística (em que inevitavelmente se fala sobre língua), não se deve sobrecarregar os alunos com um palavreado sem função, justificado exclusivamente pela tradição de ensiná-lo. O critério do que deve ser ou não ensinado é muito simples: apenas os termos que tenham utilidade para abordar os conteúdos e facilitar a comunicação nas atividades de reflexão sobre a língua excluindo-se tudo o que for desnecessário e costuma apenas confundir os alunos.

Por exemplo, torna-se necessário saber, nas séries iniciais, o que é um “proparoxítona”, no fim de um processo em que os alunos, sob a orientação do professor, analisam e estabelecem regularidades na acentuação de palavras e chegam à regra de que são sempre acentuadas as palavras em que a sílaba tônica é a antepenúltima. Também é possível ensinar concordância sem necessariamente falar de sujeito ou de verbo.

Isso não significa que não é para ensinar fonética, morfologia ou sintaxe, mas que elas devem ser oferecidas à medida que se tornarem necessárias para a reflexão sobre a língua. (PCN – Ensino Básico: 1ª a 4ª, p. 60 – ênfase nossa *apud* HENRIQUES, 2009, p. 22.)

Em outras palavras, buscando responder ao questionamento levantado anteriormente, não se trata de se deixar de ensinar gramática na escola, a questão perpassa por outros aspectos que consideramos relevantes e que precisam ser pensados por professores que adotam a NGB nos dias atuais. Precisamos, antes de mais nada, termos claramente qual é a concepção de língua e de gramática que se praticava e que se pratica ao se ensinar língua portuguesa na escola. Dessa forma, parece-nos que temos aqui uma questão metodológica a ser resolvida.

Para resolver o problema, que chamamos aqui de ordem metodológica, Henriques (2009, p. 26) apresenta “duas providências iniciais”:

a primeira consistiria em inserir nos programas de língua portuguesa (de preferência nos últimos períodos) dos cursos de letras o tema “terminologia gramatical e ensino”, incluindo a leitura o texto da portaria n.º 36; a segunda repousaria na atualização da nomenclatura, sempre ressaltando sua destinação ao ensino fundamental e médio, desde que aplicada com bom senso e adequação.

Mas elas não bastam. As mais importantes são outras duas: a reavaliação das políticas públicas e a reavaliação das práticas acadêmicas.

Considerações finais

O presente artigo teve por objetivo analisar quais foram as contribuições da NGB para o ensino da Língua Portuguesa no Brasil, refletindo sobre a relevância desse documento atualmente, 60 anos depois de seu lançamento. A análise do documento histórico se pautou nos referenciais teórico-metodológicos da Historiografia Linguística, entendida aqui como “uma disciplina que se debruça sobre o conhecimento linguístico já produzido.”

Ao propormos tal análise, pudemos refletir sobre o contexto sócio-histórico no qual a NGB foi produzida, bem como apresentar as ideias linguísticas vigentes que sustentaram a produção do referido documento, de filiação estruturalista. Nesse sentido, ao reconstruirmos a contextualização, retomamos o contexto de gramatização da língua portuguesa no Brasil para observar como se deu a passagem das propostas do documento desde seu anteprojeto até sua versão final, pontuando algumas das alterações efetivadas, o que implicou uma mudança essencial na própria função da NGB, que abandonou qualquer ímpeto de servir como gramática para assumir uma função de padronizar nomes dos fatos da língua.

Ao refletirmos sobre a relevância da NGB para o ensino de Língua Portuguesa, concluímos que o documento foi importante para sistematizar a uniformização de uma nomenclatura gramatical que era diversificada. Assim, a versão final do documento construiu um discurso gramatical com efeito universalizante das regras, deixando-as mais gerais.

Em se tratando da relevância da NGB hoje, concluímos que os professores precisam ter clareza da própria concepção de língua e de gramática ao ensinar língua portuguesa na escola. Dessa forma, eles poderão, com base em princípios teórico-metodológicos bem definidos, contribuir para um ensino produtivo de gramática que não esteja centrado no modelo gramatical prescritivo.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Marcelo da Silva. NGB e NGP: uma comparação comparação entre nomenclaturas. **Domínios de Lingu@gem**, v. 2, n. 2, Uberlândia: UFU, 2008. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/11490/6767>. Acesso em: 2 abr. 2019.

ALTMAN, Cristina. A profissionalização da carreira de letras: a linguística pré-68 no Brasil. In: _____. **A Pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988)**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1988. p. 23-100.

BALDINI, Lauro José Siqueira. **A Nomenclatura Gramatical Brasileira interpretada, definida, comentada e exemplificada**. 1999. Dissertação (mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade de Campinas, Campinas, 1999. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/270704/1/Baldini_LauroJoseSiqueira_M.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2019.

BASTOS, Neusa Barbosa; PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). **História entrelaçada 2: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do Século XX**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BRASIL. Portaria n.º 36, de 28 de janeiro de 1959. Dispõe sobre a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Rio de Janeiro, 1959. Disponível em: <<https://docs.ufpr.br/~borges/publicacoes/notaveis/NGB.pdf>>. Acesso em: 2 abr. 2019.

COSTA, Thaís de Araújo da. **Gramáticas pós-NGB: do discurso oficial a outros discursos (im)possíveis**. 2010. 130 f. Dissertação (mestrado) – Pós-graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2891> Acesso em: 2 abr. 2019.

CPDOC. Navegando na História de nosso portal. **Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil**, Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro; São Paulo: CPDOC/FGV, 1997. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45>>. Acesso em: 2 abr. 2019.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: Edusp, 2009.

GUIMARÃES, Eduardo. **Sinopse dos estudos do português no Brasil**. [2001]. Disponível em: <https://www.unicamp.br/iel/hil/publica/relatos_01.html#sinopse>. Acesso em: 2 abr. 2019.

HENRIQUES, Claudio Cezar. **Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

KOERNER, Ernst Frideryk Konrad. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Vila Real: Publito, 2014.

KENEDY, Eduardo. “Rudimentos para uma nova sintaxe na NGB”. **e-escrita**: revista do curso de letras da Uniabeu, v. 1, n. 1, jan.-abr., Nilópolis: UNIABEU, 2010. Disponível em: <www.professores.uff.br/eduardo/wp-content/uploads/sites/43/2017/08/9ngb_2010.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2019.

MACHADO, Rachel; CAMPOS, Ticiania R.; SAUNDERS, Maria do Carmo. A história do ensino de línguas no Brasil: avanços e retrocessos. **História do Ensino de Línguas no Brasil**, ano 1, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://www.helb.org.br/index.php/revista-helb/ano-1-no-1-12007/98-historia-do-ensino-de-linguas-no-brasil-avancos-e-retrocessos>>. Acesso em: 2 abr. 2019.

NASCIMENTO, Jarbas Vargas. Fundamentos teórico-metodológicos da Historiografia Linguística. In: _____ (org.). **A Historiografia linguística: rumos possíveis**. São Paulo: Edições Pulsar, 2005. p. 11-30.

SILVA, Fernando de S. Pereira. **A Nomenclatura Gramatical Brasileira na sala de aula**. 2017. 125 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8162/tde-08022017-112025/pt-br.php>>. Acesso em: 2 abr. 2019.

PALMA, Dieli Vesaro. Lições de português e a formação de futuros professores: a proposta de Souza Silveira para o ensino da língua materna na perspectiva da Historiografia Linguística. In: IV Congresso Internacional de Estudos Linguísticos e Literários. **Anais...** [recurso eletrônico]. Belém: Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPA, 2013, p. 224-233.

VIEIRA, Francisco Eduardo. Gramatização das línguas europeias modernas. In: _____. **A Gramática Tradicional - História crítica**. São Paulo: Parábola, 2018.

THE BRAZILIAN GRAMMAR NOMENCLATURE IN PERSPECTIVE: AN ANALYSIS OF LINGUISTIC HISTORIOGRAPHY OF THE CONTRIBUTIONS AND THE RELEVANCE OF THE NGB FOR THE TEACHING OF THE PORTUGUESE LANGUAGE IN BRAZIL

ABSTRACT: This article is aimed at the Brazilian Grammatical Nomenclature (NGB), 1959 law which was approved with the intention to normalize and to standardize the teaching of the Portuguese Language in Brazil. The NGB is analyzed as a document in a historical and a historiographic perspective, according to the foundations of Linguistic Historiography, therefore we attempt to observe it based on principles of contextualization, of immanence and theoretical adequation (KOERNER, 2014). The general objective is to examine which were the contributions of the NGB to Portuguese Language teaching. The question of this article lies in reflecting on the relevance of this document today, 60 years after its launch.

Key-words: Linguistic Historiography, Brazilian Grammatical Nomenclature, Teaching, Portuguese Language

Envio: março/2019

Aceito para publicação: abril/2019

VERBUM – CADERNOS DE PÓS GRADUAÇÃO – ISSN 2316-3267